**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

**RESOLUÇÃO ANP Nº XX, DE x.xx.2016 - DOU xx.xx.2016**

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, dispostas na Lei nº [9.478](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/leis/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.478%20-%201997), de 6 de agosto de 1997, alterada pela Lei nº [11.097](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/leis/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%2011.097%20-%202005), de 13 de janeiro de 2005, no art. 11, inciso III, da Resolução ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, e com base na Resolução de Diretoria nº 850, de 4 de julho de 2016;

Considerando que a ANP tem como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, na forma estabelecida no art. 8º da Lei nº [9.478](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/leis/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.478%20-%201997), de 6 de agosto de 1997 e no art. 2º, Capítulo I, Anexo I, do Decreto nº [2.455](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/decretos/NXT/gateway.dll?f=id$id=Dec%202.455%20-%201998), de 14 de janeiro de 1998;

Considerando que a ANP tem como princípio exercer a fiscalização no sentido da educação e orientação dos agentes econômicos do setor, bem como da prevenção e repressão de condutas violadoras da legislação pertinente, das disposições estabelecidas nos contratos, conforme estabelece o inciso VI do art. 3º, Capítulo I, Anexo [I](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/decretos/NXT/gateway.dll?f=id$id=Dec%202.455%20-%201998$an=anexoI_art1) do Decreto nº [2.455](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/decretos/NXT/gateway.dll?f=id$id=Dec%202.455%20-%201998), de 14 de janeiro de 1998;

Considerando que compete à ANP fiscalizar as atividades de perfuração, completação, avaliação, intervenção, produção e abandono de poços de petróleo e gás natural;

Considerando a necessidade de se estabelecer os critérios que permitam à empresa detentora dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural documentar as condições de segurança operacional, de modo a atender às necessidades da ANP na fiscalização das atividades relacionadas a poços para exploração e explotação de petróleo e gás natural;

Considerando que compete à ANP fazer cumprir as melhores práticas da indústria do petróleo e que as empresas detentoras dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural obedeçam às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes; e

Considerando a necessidade de se estabelecer requisitos de segurança operacional e de preservação do meio ambiente para perfuração, completação, avaliação, intervenção, produção e abandono de poços de petróleo e gás natural, torna público o seguinte ato:

**REGIME DE SEGURANÇA OPERACIONAL PARA INTEGRIDADE DE POÇOS DE PETRÓLEO E GÁS**

1. Esta Resolução tem por objetivo aprovar o Regime de Segurança Operacional para Integridade de Poços de Petróleo e Gás Natural.
2. Considera-se como Regime de Segurança Operacional para Integridade de Poços a estrutura regulatória estabelecida pela ANP que visa à garantia da integridade dos poços, mediante o estabelecimento das responsabilidades das empresas detentoras dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural.
3. No Regime de Segurança Operacional para Integridade de Poços, são consideradas responsabilidades das empresas detentoras dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural:
4. dispor de um sistema de gestão que atenda ao estabelecido no Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento de Integridade de Poços – SGIP instituído pela ANP;
5. manter atualizados os dados de poços conforme critérios estabelecidos pela ANP; e
6. prover o acesso irrestrito dos agentes de fiscalização da ANP à área sujeita a contrato de outorga dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural, às instalações e às operações em curso, inclusive onde não houver serviços públicos disponíveis, fornecendo transporte, alimentação, alojamento e demais serviços necessários ao cumprimento do estabelecido no inciso VI do art. 3º, Capítulo I, Anexo [I](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/decretos/NXT/gateway.dll?f=id$id=Dec%202.455%20-%201998$an=anexoI_art1) do Decreto nº [2.455](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/decretos/NXT/gateway.dll?f=id$id=Dec%202.455%20-%201998), de 14 de janeiro de 1998 e incisos VII e IX do art. [8](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/leis/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.478%20-%201997$an=art8)º da Lei nº [9.478](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/leis/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.478%20-%201997) de 6 de agosto de 1997.

**REGULAMENTO TÉCNICO DO SGIP**

1. Fica aprovado o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento de Integridade de Poços – SGIP, o qual constitui parte integrante desta Resolução.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução e de seu Regulamento Técnico, ficam estabelecidas as definições a seguir:

I - Poços Existentes: Todo poço cuja perfuração foi iniciada antes da data de publicação desta Resolução.

II - Poços Novos: Todos os poços que não se enquadrem na definição de Poços Existentes.

1. A empresa detentora dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural deverá implementar o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento de Integridade de Poços, com exceção do item 10.5 (Abandono), nos seguintes prazos:
2. As empresas detentoras dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural que possuam ao menos um poço marítimo deverão estar adequadas em até 2 (dois) anos contados da publicação desta Resolução;
3. As demais empresas detentoras dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural deverão estar adequadas em até 3 (três) anos contados da publicação desta Resolução;
4. Com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do término do prazo estabelecidos nos parágrafos anteriores, a empresa detentora dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural poderá requerer a prorrogação do prazo de adequação por, no máximo, igual período, desde que o faça mediante fundamentação idônea que demonstre a ocorrência de situação de caráter excepcional.
5. Para poços que ainda não foram abandonados permanentemente,a empresa detentora dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural deverá adequar-se ao item 10.5 (Abandono) do Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento de Integridade de Poços em até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Resolução.
6. Após os 180 dias supracitados,o abandono permanente de poços somente poderá ser realizado após o preenchimento do arquivo disponível no sítio eletrônico da ANP www.anp.gov.br/segurancaoperacional e o encaminhamento do mesmo para o email abandonodepoco@anp.gov.br, até que seja disponibilizado um sistema informatizado.
7. O arquivo preenchido deverá ser enviado à ANP com antecedência mínima de 20 dias para poços explotatórios e de 5 dias para poços exploratórios.
8. O abandono permanente de poços produtores ou injetores durante a Fase de Produção deverá ser realizado de acordo com o disposto neste Regulamento e mediante notificação à ANP com 60 dias de antecedência.
9. A notificação deve conter:
10. O motivo do abandono, informando se este afetará a curva de produção prevista para o(s) reservatório(s) drenado(s) pelo poço.
11. As atividades que serão realizadas para mitigar o efeito do abandono na curva de produção e na recuperação final do(s) reservatório(s), esclarecendo se houve a manutenção das reservas estimadas para o reservatório.
12. A comprovação de que as atividades citadas no item anterior mitigarão os efeitos do abandono no fator de recuperação final do(s) reservatório(s).
13. Análise econômica que demonstre a inviabilidade de retorno do poço, quando aplicável.
14. Mapas estruturais dos reservatórios drenados e atravessados pelo poço com contatos de fluidos, contendo a posição dos poços atuais e daquele que será eventualmente perfurado para substituir o poço abandonado, quando aplicável.
15. Cronograma para o abandono do poço e daquele que será eventualmente perfurado ou reaberto em substituição a esse, quando aplicável.
16. Histórico de produção do poço por reservatório para cada fluido e dados de registros de pressões.
17. A empresa detentora dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural somente poderá abandonar permanentemente poços produtores ou injetores utilizados na explotação de Campos Marítimos de Grande Produção de Petróleo e Gás Natural, conforme definição em legislação aplicável, mediante autorização da ANP.
18. Salvo determinação específica por parte da ANP, para Poços Existentes, ficam dispensadas as exigências do Regulamento Técnico do SGIP referentes às Etapas do Ciclo de Vida do Poço que tenham sido concluídas anteriormente à data de publicação desta Resolução.
19. Independentemente do disposto nos artigos acima, e ainda que na pendência dos prazos de adequação, as definições constantes nesta Resolução e no Regulamento Técnico do SGIP deverão ser observadas para a identificação dos incidentes considerados comunicáveis à ANP, e para fins de cumprimento das obrigações previstas na Resolução ANP nº 44, de 22 de dezembro de 2009.
20. Nenhum contrato privado, qualquer que seja a sua denominação, firmado entre uma empresa detentora dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural e terceiros poderá impedir a implementação do Regulamento Técnico do SGIP, ou o exercício do poder fiscalizatório por parte da ANP.
21. Os contratos privados que incorrerem nas situações previstas no *caput* serão ineficazes perante a ANP.
22. Aplica-se o disposto acima independentemente do local da celebração do contrato, da legislação à qual ele se submete, ou da nacionalidade do terceiro contratante.
23. Toda a documentação necessária à comprovação do atendimento desta Resolução e do seu Regulamento Técnico deverá ser arquivada, em suporte físico ou digital, pela empresa detentora dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural, e deverá estar disponível para o exame dos agentes de fiscalização da ANP.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 10.** O descumprimento desta Resolução e do seu Regulamento Técnico sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº [9.847](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9847.htm), de 26 de outubro de 1999, e nos demais diplomas aplicáveis, sem prejuízo da imposição de medidas cautelares para o afastamento de situações de risco grave e iminente às pessoas, ao meio ambiente, à instalação ou às operações.

**Art. 11.** Os casos omissos serão objeto de análise e deliberação da ANP.

Parágrafo único. Em caso de dúvida sobre a abrangência desta Resolução e do seu Regulamento Técnico, ou sobre possível conflito com outros diplomas regulatórios emitidos por esta Agência, a ANP deverá ser consultada.

**Art. 12.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13.** A Portaria nº 25, de 06 de março de 2002, será revogada em 180 (cento e oitenta) dias após a publicação da presente Resolução.

*MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD*

**ANEXO**

*Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade*

*de Poços - SGIP*